

Ladrões de férias? A queda dos roubos em 2018

Fenômeno é nacional e precisa ser analisado de forma ampla, levando em conta fenômenos socioeconômicos, políticas de segurança e questões ligadas à própria criminalidade

Guaracy Mingardi

15 de outubro de 2019

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



Operação da Força Nacional contra o roubo de cargas no Rio de Janeiro no período da intervenção militar em 2018; ação pode ser a causa da queda de roubos no estado

O número de roubos registrados no Brasil em 2018, para surpresa de todos, caiu 14% com relação ao ano anterior. Essa redução não ocorreu apenas em uma ou outra unidade da federação. Apenas cinco estados registraram aumento, enquanto todos os outros seguiram a tendência nacional, com Minas Gerais e Espírito Santo registrando quedas de mais de 30% nos índices.

Através da imprensa e de algumas entrevistas, constatamos que cada estado tem sua própria versão do ocorrido. E em alguns casos é possível discernir que as explicações locais realmente fazem sentido, conseguem dar conta de parte da inflexão nos números. Minas Gerais, onde a queda dos índices começou em 2017, fez algumas mudanças no trabalho de policiamento preventivo, o que explica parte de seus avanços na diminuição do total de roubos. Já o governo do Ceará aumentou em 2016/17 de forma exponencial o efetivo da Polícia Militar, e de forma mais tímida o número de policiais civis ano passado.

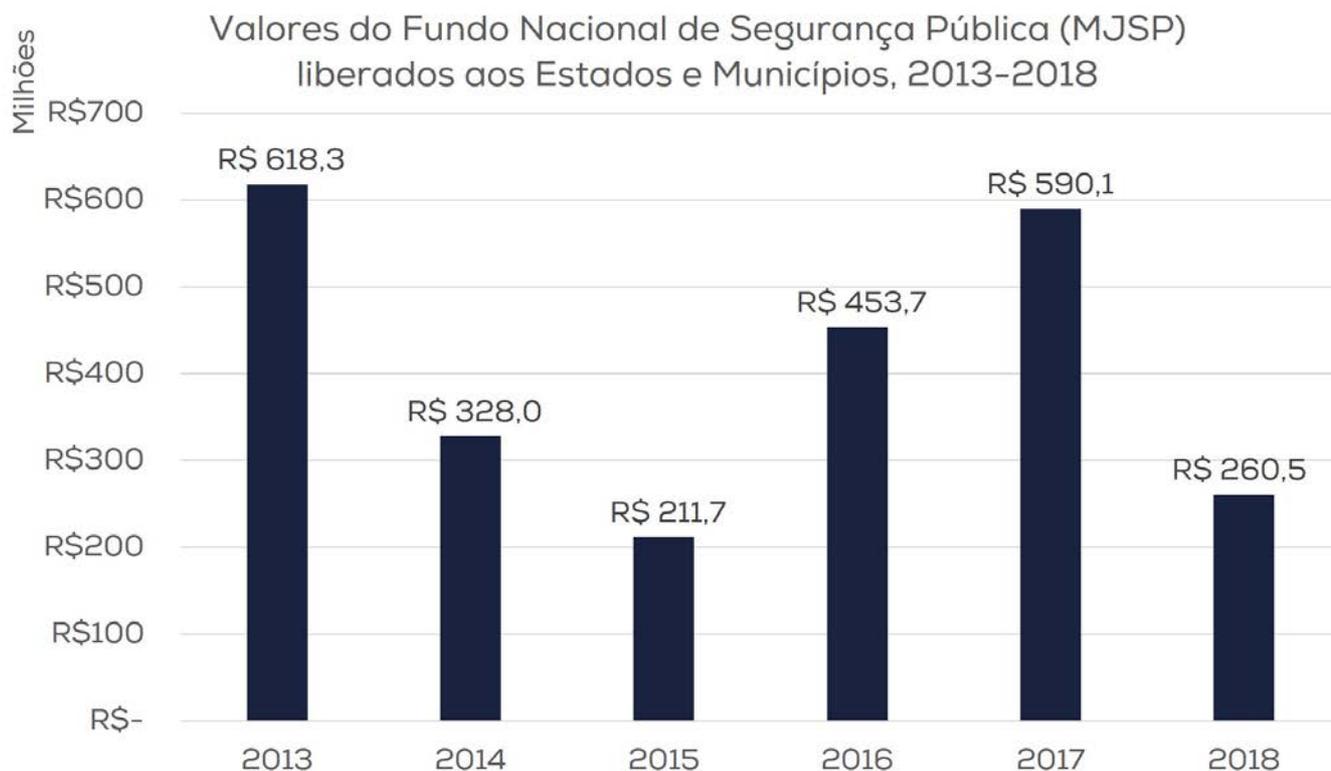
No Rio de Janeiro, a queda foi mais localizada. Os generais do exército que comandaram a segurança durante a intervenção de 2018 tiveram como prioridade o roubo de carga, que caiu 15%. Já o total de roubos ficou praticamente estável, 2% abaixo de 2017. Esses três exemplos ajudam a entender pelo menos parte da redução dos roubos nesses estados, mas não na Federação como um todo. E o motivo disso é que dificilmente dois ou mais estados utilizaram as mesmas estratégias para combater o crime profissional, que é o caso da grande maioria dos roubos.

Como se trata de um fenômeno nacional, a queda dos índices tem de ser analisada de forma mais ampla. E o primeiro passo para refletir sobre a questão é lembrar que em todo fenômeno social, e o crime é um deles, não existe causa única. Há uma série de fatores que podem influir sobre os índices, cada um com um peso diferente. E para isso temos de pensar naqueles que incidam em todas as regiões do país. O que implica trabalhar com pelo menos três tipos de fenômenos: socioeconômicos, políticas de segurança e questões ligadas à própria criminalidade.

Uma resposta socioeconômica pode ser descartada logo de início. Embora seja uma proposição controversa, muitos atribuem o aumento da criminalidade à pobreza e à exclusão social, assim como sua queda à melhora nesses índices. Ocorre que todos os indicadores mostram que a situação permaneceu praticamente a mesma em 2017/18. O alto índice de desemprego manteve-se alto e a instabilidade política continuou afligindo os brasileiros nesses dois anos. Como consequência, nosso país persistiu em sua marcha rumo à recessão e aumentou a distância entre ricos e pobres. O que deveria, segundo a teoria, aumentar a incidência criminal. Não reduzi-la.

A segunda possibilidade, as políticas de segurança, dependem muito de cada estado da federação. É atribuição dos governadores nomear chefias, determinar prioridades e grau de investimento nas polícias, sistema penitenciário etc. O que reforça a ideia de que todos têm sua própria maneira de lidar com o tema. Por conta disso, o único ator capaz de influir no Brasil como um todo é a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

A secretaria, que deveria traçar uma política nacional de segurança, raras vezes exerceu esse papel. Acabou se tornando apenas um instrumento do governo federal para disponibilizar verbas aos estados. Há estados em que praticamente todo o dinheiro disponível para investimento vem dos repasses feitos pela SENASP. Normalmente, essa verba passa por inúmeros trâmites, que demandam muito tempo para sua liberação. E, quando chegam ao estado, demoram em média mais de um ano para que se concretize em equipamentos policiais, por exemplo. O que implica que um repasse só teria alguma influência nos índices criminais cerca de dois anos após ter sido empenhado pelo Ministério da Justiça. Tendo em vista esse dado, vejamos o que nos diz a tabela abaixo.



Observando a tabela, constatamos que nesse período o ano de maior repasse foi 2013, e se o investimento federal tem reflexo na criminalidade, o ano 2015 teria uma queda em relação a 2014. O que realmente aconteceu. Os números de 2015 foram um pouquinho menores do que no ano anterior no caso dos roubos de veículos², um dos crimes mais profissionalizados. Outra

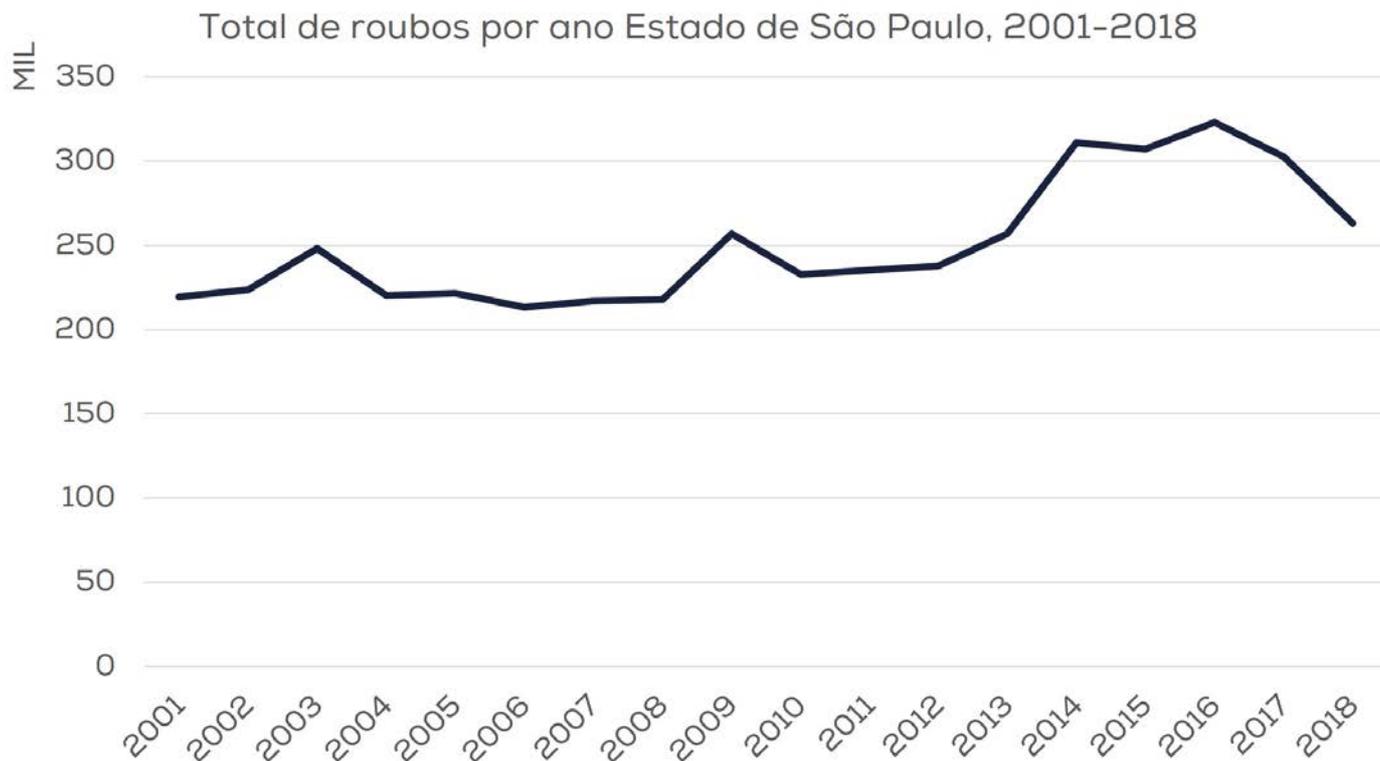
constatação é que em de 2016 o valor empenhado cresceu cerca de 25% em relação aos dois anos anteriores. Esse aumento, portanto, poderia ser um fator determinante da queda ocorrida em 2018. Os números, porém, não explicam sozinhos a diminuição dos roubos ano passado. Se assim fosse, o dinheiro investido em 2013 teria provocado uma verdadeira bancarrota nos índices. E o que foi empenhado anos antes através do PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), quando o repasse federal era de mais de R\$ 1,5 bilhão por ano, teria zerado o crime. Portanto, o investimento feito pelas unidades da federação com o dinheiro federal não justifica uma queda tão brusca nos roubos.

Quanto aos fatores ligados diretamente à criminalidade, a grande mudança pré-2018 foi a guerra entre PCC (Primeiro Comando da Capital) e CV (Comando Vermelho). Ela teria provocado milhares de mortes em 2017, ano em que chegou ao ápice. Uma explicação, mencionada por alguns policiais, é de que a maior parte das vítimas foi de pequenos criminosos, os soldados da guerra. Essas mortes teriam provocado em 2018 escassez na “mão de obra” responsável pelos pequenos roubos. E que também é utilizada no apoio a crimes mais profissionalizados, como roubo de carga, veículos etc. Essa é uma teoria que, apesar de possuir certa lógica interna, não explica, por exemplo, o que ocorreu em estados como São Paulo e Paraná, onde o PCC tem hegemonia e, portanto, não foram campo de batalha. Outro problema é que a validade da tese é muito difícil de constatar apenas com números, mas não deve ser descartada.

Outro fator a ser considerado é a mudança gradual que vem ocorrendo nos crimes profissionais. Segundo policiais especializados, o perfil dos ladrões de banco sofreu grande alteração nos últimos anos. O risco aumentou devido aos alarmes e à rapidez da resposta policial. E a rentabilidade diminuiu, motivada pelo uso de cofres com temporizador, que o gerente não consegue abrir fora de hora nem sob ameaça. A falta de dinheiro nos caixas, já que a maior parte das transações é feita via cartão, também impactou o mercado. Com o aumento do custo e diminuição dos benefícios, os únicos a continuarem no ramo são “pés de chinelo”, segundo um investigador com anos de experiência. A única exceção seriam os casos do chamado “novo Cangaço”, quando um grande grupo de ladrões toma de assalto uma cidade pequena, prende a polícia e esvazia os bancos. Esses casos, porém, não são tão comuns. Inclusive porque a maioria das pequenas cidades tem pouco dinheiro nos bancos.

O que aumentou, de fato, foram as explosões de caixas forte e o roubo de transportadoras de valores. No primeiro caso, as estatísticas nacionais são dúbias. Em alguns estados, o estouro do caixa eletrônico é registrado como roubo a banco e em outros engrossam os roubos em geral. Já as transportadoras são a bola da vez. Trata-se de um roubo em que uma quadrilha organizada pode, numa só ação, ganhar dinheiro para um ano ou mais. Nos casos em que grupos de 30 ou quarenta ladrões esvaziaram locais em que as empresas guardavam o dinheiro, foram levados de R\$ 5 milhões a R\$ 50 milhões por ataque bem-sucedido. O que com certeza teve impacto nas estatísticas. Em vez de roubar 100 bancos, eles cometeram um só crime, o que diminuiu as estatísticas.

Uma quarta possibilidade, aventada por policiais de alto escalão, diz respeito à ação policial propriamente dita. Apesar de ser muito distinta em cada um dos estados, a política de segurança tem um denominador comum. Ela se agudiza nos anos eleitorais. E 2018 foi um em que houve muita disputa pelo cargo de governador. Quando isso ocorre vários delegados de classe especial, coronéis da PM etc., buscam apresentar resultados para impressionar o futuro chefe, seja ele de quem for, e obter um bom cargo no próximo governo. Essa teoria talvez possa responder por parte do fenômeno, pelo menos no estado de São Paulo, como podemos ver no gráfico que se segue³.



Os números mostram que 2014 foi único ano de disputa do governo estadual em que o número de roubos cresceu em relação com o ano anterior. Em 2002 e 2006, os índices ficaram quase que estáveis, enquanto em 2010 e 2018 o número de casos registrados caiu. Por coincidência ou não, 2014 foi o único desses anos em que não houve disputa real. O governador Geraldo Alkmin era franco favorito e foi reeleito no primeiro turno com folga. E todos policiais já sabiam quais seriam seus escolhidos para os principais cargos. Não adiantava mostrar serviço nesse momento.

Essas foram apenas algumas das teorias coletadas durante o curto tempo de elaboração deste artigo. Possivelmente existem várias outras. E precisamos estudar cada uma delas para verificar dois pontos: sua validade e grau de influência.

Com isso, talvez tenhamos uma resposta melhor para a queda nos índices. Que é um conhecimento necessário, porque um dia o número de roubos vai recomeçar a subir. E se não soubermos os fatores que convergiram para provocar uma queda tão expressiva, ficará muito mais difícil estabelecer políticas para infletir sua ascensão.

¹ Valores liberados em Convênios do Ministério da Justiça – Fundo Nacional de Segurança Pública, por ano de liberação dos recursos. Valores corrigidos pelo IPCA Dezembro/2018

² 242.726 em 2014 e 242.097 em 2015

³ Só trabalhamos com os dados paulistas por falta de acesso a números nacionais por um período tão longo. Mas esse exercício pode ser repetido com os dados de outros estados que também possuem séries históricas mais longas

Guaracy Mingardi

Doutor em ciência política pela USP, analista criminal e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ex- investigador de polícia, ex-coordenador de Análise Criminal do Ministério Público de São Paulo, ex-subsecretário Nacional de Segurança Pública e ex-secretário de Segurança Pública de Guarulhos

<https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-vdjpc>

